

Guia Eleitoral 2025 – Tema: Segurança Social

Aliança Democrática

- Substituir um conjunto alargado de apoios sociais, sem perdas para ninguém, por um Suplemento Remunerativo Solidário
- Continuar a convergência dos direitos à proteção social de trabalhadores independentes, cuidadores informais e novas formas de emprego
- Desenvolver e universalizar o programa Creche Feliz e o pré-escolar
- Alargar e aprofundar o regime de apoio à parentalidade e à conciliação, com equilíbrio entre mães e pais
- Introduzir mecanismos de reforma a tempo parcial para prolongar a vida ativa
- Garantir estabilidade do sistema de pensões de velhice e reforma, respeitando as regras de atualização atuais
- Aumentar o valor de referência do Complemento Solidário para Idosos (CSI) para 870 € em 2029
- Atribuir, se possível, um suplemento extraordinário às pensões
- Simplificar o regime das prestações sociais não contributivas
- Reforçar financeiramente o FEFSS e estudar outros mecanismos de sustentação do sistema
- Reformular a Conta-Corrente do Contribuinte-Beneficiário
- Avaliar licença parental partilhada com cuidador alternativo
- Preparar a Segurança Social para gerir fundos de capitalização voluntária

Partido Socialista

- Criar o Programa “Pé-de-Meia”: 500 € em certificados de aforro para cada criança nascida
- Aumentar em 50% o abono para crianças de 3 a 6 anos em dois anos (2026 e 2028)
- Gratuitidade alargada de creches e educação pré-escolar
- Reforçar redes de creches familiares e amas, especialmente onde há menos resposta
- Rejeitar qualquer privatização parcial ou total do sistema de pensões
- Valorizar as pensões, sobretudo os escalões mais baixos, seguindo a fórmula de atualização legal

- Diversificar fontes de financiamento da Segurança Social, incluindo consignação de até 5 p.p. do IRC ao FEFSS
 - Proteger a convergência de regimes (CGD e Segurança Social) sem perda de direitos
 - Criar Prestação Social Única para agregação e simplificação das ajudas não contributivas
 - Implementar Código Prestacional e reforçar a atribuição automática de prestações
 - Projeto-piloto para comunicação oficiosa e automatizada do CSI
 - Reforçar o RSI e estudar projetos-piloto de informação regular sobre formação de pensões futuras
 - Designar gestor de caso único para cada família
 - Concluir a 3.ª fase da Prestação Social para a Inclusão (PSI)
-

Bloco de Esquerda

- Reforma completa com 40 anos de descontos
 - Aumentar a percentagem do subsídio de doença
 - Alargar direitos de parentalidade
 - Elevar o valor mínimo das pensões contributivas (≥ 20 anos de carreira) acima do limiar da pobreza
 - Eliminar o fator de sustentabilidade
 - Alargar acesso ao CSI e pagar 14 prestações anuais
 - Reconhecer cuidados informais como tempo de descontos para pensão de velhice
 - Reforçar o Rendimento Social de Inserção
 - Ajustar prestações de desemprego ao salário mínimo
 - Criar prestação social única
 - Universalizar o abono de família em todos os escalões
 - Reforma antecipada para quem tenha ≥ 15 anos de descontos e incapacidade $\geq 60\%$
 - Contribuição de 0,75% sobre o valor acrescentado das grandes empresas
-

Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Atualização extraordinária das reformas em 2025: + 5% e valor mínimo de 70 € (com efeitos em janeiro)

- Valorizar montantes das pensões mínimas do regime geral e criar dois novos escalões
 - Repor a idade de reforma aos 65 anos
 - Eliminar o fator de sustentabilidade
 - Direito à reforma sem redução para quem complete 40 anos de descontos
 - Reforçar o CSI e a Prestação Social para a Inclusão; universalizar o abono de família
 - Estender licença de maternidade e paternidade a 210 dias, paga a 100%
 - Licença de maternidade de 6 meses, com condições para amamentação; licença pré-parto de 30 dias
 - Alargar o abono pré-parto
-

Pessoas–Animais–Natureza (PAN)

- Aumentar dias de licença por falecimento de familiar, com remuneração pela Segurança Social
 - Criar Fundo de Transição Geracional financiado por contribuições de setores de alta rentabilidade e transações especulativas
 - Rever regras de atualização das pensões e criar escalão intermédio (2 a 2,5 IAS) sem redução de valor
-

Chega

- Licença de parentalidade alargada para 6 a 12 meses
- Antecipação de reforma para avós de famílias numerosas (≥ 3 filhos)
- Antecipação de até 2 anos na reforma para mulheres, por cada filho, sem penalizações
- 15 dias de luto para perdas gestacionais e direito de acompanhamento pelo pai
- Contabilizar cuidados domésticos para efeitos de reforma
- Aumentar progressivamente a pensão mínima até equipará-la ao IAS e depois ao salário mínimo
- Rever regulamentação do FEFSS
- Abono de família pré-natal desde o início da conceção
- Distinção entre RSI e Rendimento Social de Sobrevivência
- Possibilidade de beneficiários do RSI prestarem serviços à comunidade

- Subsídio de doença para doentes oncológicos calculado a 90–100%
 - Bonificações a trabalhadores/empresas que prolonguem tempo de vida ativa
 - Subsídio por morte para famílias de crianças e jovens falecidos
-

Iniciativa Liberal

- Reforma do sistema de pensões em três pilares: repartição pública, capitalização obrigatória e voluntária
 - Capitalização voluntária com contas individuais e incentivos fiscais
 - Contas de Poupança e Investimento Isentas de Impostos até 20 000 €
 - Pensões ocupacionais complementares ao modelo público
 - Igualdade de direitos de parentalidade e subsídio de doença para independentes
 - Definição legislativa de “profissão de desgaste rápido” para efeitos de aposentação
-

Livre

- Manutenção do sistema público de Segurança Social, sem privatizações parciais
 - Estudo de herança social de 5 000 € por nascimento
 - Projeto-piloto para Rendimento Básico Incondicional
 - Aumento do valor do abono de família
 - Indexante de Apoios Sociais (IAS) atualizado anualmente acima da inflação
 - Acesso à pensão de velhice após 45 anos de descontos, sem penalizações
 - Revisão da fórmula de cálculo das pensões (fator de sustentabilidade)
 - Convergência de pensões reduzidas com o salário mínimo até ao fim da legislatura
 - Atribuição automática de subsídio de desemprego em casos de resolução/suspensão por salários em atraso
 - Definição de situações que permitam subsídio de desemprego a quem se demite
-